

territorium



14

PAISAGEM CULTURAL DAS MONTANHAS DO NOROESTE DE PORTUGAL : UM CICLO DE CONSTRUÇÃO, DESESTRUTURAÇÃO E RECONVERSÃO

Andreia Pereira, António de Sousa Pedrosa
Faculdade de Letras, Universidade do Porto

RESUMO

Na paisagem cultural das montanhas do Noroeste de Portugal, a estrutura de socalcos nas vertentes constitui o principal marco de identidade. Por sua vez, a prática do regadio, assente em sistemas de rega tradicionais, constitui uma estratégia essencial ao desenvolvimento das actividades agro-pastoris nos diferentes tipos de socalcos. No contexto do estudo dos riscos, o conhecimento destas vulnerabilidades é fundamental. As propostas apresentadas podem enquadrar-se na prevenção de riscos geomorfológicos, de riscos climático-hidrologicos e de riscos de incêndios florestais.

Palavras chave: Paisagem cultural, socalcos, espaços de montanha, sistemas agro-pastoris, vulnerabilidades em vertentes.

ABSTRACT

Within the cultural landscape of mountains in the north-west Portugal, the structure of "socalcos" (agricultural terraces) in slopes is the main identity mark. On the other hand, irrigation, based in traditional irrigation systems, is an essential strategy on the development of agricultural and pastorage activities in the different types of "socalcos". In order to study hazards and risks, the knowledge of these vulnerabilities is very important. Presented propositions can be related with the prevention of geomorphologic, climatic-hydrologic and forest fires hazards and risks.

Key words: Cultural landscape, agricultural terraces, mountain areas, agricultural and pastorage systems, slope vulnerabilities.

RÉSUMÉ

Dans le paysage culturel des montagnes du nord-ouest du Portugal, la structure des "socalcos" (terrasses agricoles) sur les versants est sans doute une marque d'identité. L'arrosage, basé sur des systèmes d'arrosage traditionnels, est une stratégie essentielle pour le développement des activités agricoles et de pâturage sur les différents types de "socalcos". Pour l'étude des risques, la connaissance de ces vulnérabilités s'avère fondamentale. Les propositions présentées doivent être rapportées avec la prévention des risques géomorphologiques, climatiques-hydrologiques et d'incendies de forêt dans la région.

Mots clé: Paysage culturel, terrasses agricoles, espaces de montagne, systèmes agricoles et de pâturage, vulnérabilités en versants.

Nota Introdutória

A paisagem dos alinhamentos montanhosos que constituem a designada barreira de condensação do noroeste português, assim como os maciços montanhosos mais ocidentais da região de Trás-os-Montes reflectem a transformação do território e dos ecossistemas naturais pela apropriação humana do espaço, evidenciando a acção modeladora milenar exercida por práticas agro-pastoris similares, ainda que regional e localmente diversificadas.

Integram-se nestes sistemas montanhosos as serras da Peneda, Soajo, Amarela, Gerês e Cabreira na região do Alto Minho, o conjunto Marão e Alvão na região Entre Douro e Minho e as Serras do Larouco e Barroso na região Trasmontana.

A especificidade da paisagem das áreas montanhosas do Noroeste Peninsular decorre, essencialmente, da forma como os factores de ordem climática, morfológica, edáfica e as características da rede hidrográfica, em associação com as formas de povoamento históricas e os sistemas agro-pastoris tradicionais condicionaram a ocupação e a organização do espaço. Neste âmbito, encontram-se particularmente patentes na paisagem as marcas do povoamento castrejo, da ocupação romana e da estruturação socio-económica do feudalismo.

Daqui se depreende a existência de uma identidade cultural intrínseca à paisagem, resultante da partilha de raízes histórico-culturais e expressa na similaridade dos padrões de ocupação do território, das estratégias de divisão e apropriação do espaço agro-florestal, dos sistemas sociais e económicos comunitários e de técnicas de cultivo seculares.

Sendo a paisagem uma realidade construída importa compreender os factores da sua produção e reprodução, tendo como objectivo garantir a sua salvaguarda, continuidade e valorização.

Visando dar resposta a este objectivo global, a investigação desenvolvida incidiu sobre os seguintes aspectos:

- 1) Génesis e processos históricos de construção da paisagem.
- 2) Compreensão dos suportes biofísicos da paisagem construída.
- 3) Análise do processo de modelação da paisagem pela actividade agro-pastorícia.
- 4) Os equilíbrios e as dinâmicas de interdependência da paisagem construída.
- 5) A transformação do espaço rural e a evolução da paisagem.

Breve Reflexão sobre o Conceito de Paisagem

A temática central do presente artigo, claramente identificada no próprio título, é a Paisagem Cultural. De modo mais preciso, incide sobre a análise da sua génese e evolução, visando a definição de estratégias de protecção e valorização. Assim, é fundamental reflectir sobre o conceito de Paisagem e, dentro deste, procurar clarificar as especificidades inerentes ao conceito de Paisagem Cultural.

O termo Paisagem caracteriza-se, antes de mais, por exprimir um conceito polissémico. Este conceito possui um domínio de significância extremamente vasto, integrando o léxico de múltiplas ciências. Na realidade, a Paisagem e as suas múltiplas dimensões constituíram, desde a época renascentista, objecto de estudos das mais diversas áreas disciplinares (fig. 1).

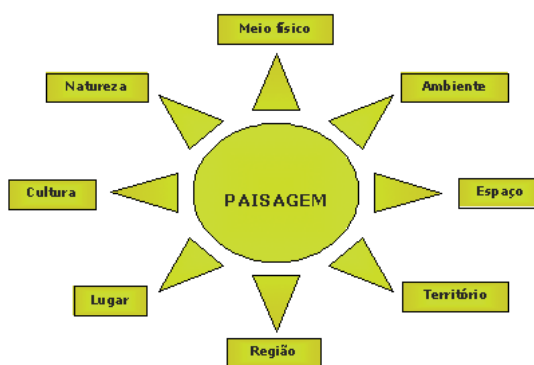


Fig. 1 - Polissemia do conceito de paisagem.

A pluralidade do conceito de Paisagem, conduziu a uma grande ambiguidade e imprecisão na aplicação deste termo, quer no discurso informal, quer na linguagem técnica. Termos como Natureza, Ambiente, Espaço, Território, Lugar, Região e Paisagem são erroneamente empregues como equivalentes ou sinónimos, quando, na verdade, constituem conceitos profundamente distintos.

Cite-se, a respeito desta distinção semântica, a seguinte consideração dos autores RUBRIE, Gabriel e BROUHAUILL, Nikolai (1991, p. 359): "ao contrário de natureza e ambiente a paisagem só existe na medida e segundo o modo como o homem a percebe."

Enquanto geógrafos, a Paisagem é para nós uma área de investigação de especial valor. O estudo da Paisagem, sendo esta percebida na sua acepção mais vasta, permite uma abordagem integradora da realidade física e humana, potenciando a convergência e interligação dos vários domínios do saber que contribuem para a sua compreensão plena. No quadro da afirmação e evolução da Ciência Geográfica, a Paisagem chegou mesmo a ser vista

como elemento unificador e potencial solução para a cisão secular entre a Geografia Física e a Geografia Humana. Neste contexto, a Paisagem emerge enquanto factor de individualização e agregação da Ciência Geográfica, contribuindo para a sua autonomia face a outros domínios científicos.

Em virtude da complexidade intrínseca à Paisagem, consideramos essencial contextualizar o seu estudo no âmbito deste trabalho de investigação, a nível conceptual, teórico e metodológico, clarificando a nossa interpretação desta realidade multifacetada.

Parece-nos, igualmente, fundamental enquadrar histórica e cientificamente esta visão particular e geograficamente comprometida da Paisagem, realizando uma breve síntese das diferentes formas como a Paisagem foi perspectivada e analisada ao longo dos tempos.

Apolissímia do conceito de Paisagem justifica-se, em primeiro lugar, pela dicotomia existente entre a Paisagem objectiva ou real, referente à realidade material concreta e próxima da noção de espaço-objecto; e a Paisagem subjectiva, referente ao domínio da observação, percepção e interpretação da realidade pelo sujeito.

Em algumas fases de evolução epistemológica da Geografia, este antagonismo estendeu-se à abordagem geográfica da Paisagem, opondo a análise da Paisagem objectiva pela Geografia Física (especialmente a Geografia Física de carácter positivista) à compreensão da Paisagem subjectiva pela Geografia Humana, debruçando-se esta última sobre a Paisagem construída e percebida.

A dualidade entre objectividade e subjectividade no conceito geográfico de Paisagem remonta à constituição da Geografia moderna enquanto ciência autónoma durante o século XIX, na Alemanha. O termo da língua alemã *Landschaft* (SILVEIRO, Teresa; 2001, p. 44) "tanto significava uma porção limitada da superfície da terra que possuía um ou mais elementos que lhe dão unidade, como a aparência da terra tal como era percebida por um observador."

No entanto, desde muito cedo a Geografia compreendeu a complexidade de interrelações e processos que fazem da Paisagem uma realidade dinâmica. Já em 1938, no Congresso Internacional de Geografia realizado em Amsterdão, a Paisagem foi definida do seguinte modo: "Mais do que uma entidade fisionómica e estética, a paisagem geográfica engloba todas as relações dinâmicas e funcionais que ligam as componentes de cada parte da superfície do globo".

Ao longo do século XX verifica-se um crescimento progressivo do interesse pelo estudo da Paisagem, diversificando-se, simultaneamente, as áreas científicas que se apropriam da Paisagem enquanto objecto de

estudo e as perspectivas de análise adoptadas. A tendência observada aponta no sentido da atribuição de uma atenção cada vez maior às dimensões da Paisagem que ultrapassam a sua materialidade física e a sua expressão visual. As novas ciências que se debruçam sobre a Paisagem conferem um maior relevo à sua componente sócio-cultural, económica e estética, evidenciando as designadas "dimensões ocultas" da Paisagem. Expressão aplicada por Edvânia GOMES (1999), em alusão aos elementos da Paisagem construída que apenas possuem uma visibilidade indirecta, resultante da influência e acção modeladora que exercem sobre esta: "O conceito de paisagem é essencialmente visual, mas progressivamente a necessidade de explicação do conjunto obrigará ao recurso a "dimensões ocultas", porque não visíveis, do domínio da cultura, da economia, da organização política."

Sintetizando este processo, podemos referir Teresa SILVEIRO (Op. cit. 2001; p.44): "o conceito de paisagem foi evoluindo desde uma posição muito próxima da geografia física, até revelar maiores preocupações com os processos económicos e culturais, procurando abarcar a totalidade de fenómenos no espaço estudado."

Já na segunda metade do século XX, afirma-se a noção de Paisagem enquanto um geossistema, conceito aplicado pela primeira vez em 1960 pelo investigador russo Sochava, segundo o qual a Paisagem é entendida como sistema dinâmico que estabelece trocas de energia e matéria com o exterior e possui lógicas e processos de funcionamento interno.

Georges Bertrand, em 1968, na incontornável obra Paisagem e Geografia Física Global, salienta o carácter sistémico da Paisagem, definindo-a como o resultado, sobre uma determinada parte do espaço, da combinação dinâmica e, conseqüentemente instável dos elementos físicos ou abióticos, biológicos e antrópicos, que interagem dialecticamente entre si fazem da paisagem um conjunto único e indissociável que evolui de modo contínuo e integrado (BERTRAND, George, 1968).

Uma década depois, BEROUJACHVILI, Nikolai e BERTRAND, George (1978) desenvolvem de modo mais profundo a definição de paisagem enquanto geossistema, discriminando a sua dimensão fisionómica e operacional. Segundo esta aceção sistémica, defendem que a paisagem apresenta: "uma morfologia, que corresponde à estrutura espacial, tanto no sentido vertical (os geohorizontes), como no sentido horizontal (expressa pelos geofácies); um funcionamento, que representa as trocas de energia e de massa com o exterior do sistema; um comportamento, que significa as mudanças de estado do sistema, em função do tempo."

Enquanto que a visão da Paisagem como um sistema dinâmico e complexo se desenvolve desde o início do século XIX, a sua compreensão como uma realidade construída e humanizada, resultante da relação entre o Homem e o meio, é mais tardia, sendo ainda muito incipiente na transição para o século XX (CAEL, Paul; 1987; p. 26).

Somente na primeira metade do século XX, se assiste à multiplicação e diversificação crescentes das ciências que se dedicam ao estudo da Paisagem. Na verdade, verifica-se neste século o ressurgimento da paisagem como objecto de estudo, em virtude da emergência de novas ciências do ambiente (Ecologia, Ecologia da Paisagem, Geoecologia, Geoarqueologia) e da integração das variáveis ambientais noutras áreas disciplinares, nomeadamente a Biologia, o Planeamento, o Urbanismo, o Paisagismo e a Economia. Por outro lado, a Paisagem é de novo contemplada em dinâmicas como a Antropologia e a Etnologia, a Estética, a História da Arte e a Literatura (Quadro I).

Somente na última década do século XX é reconhecido o valor patrimonial das Paisagens Culturais pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – com a definição, em 1992, dos princípios operacionais para a inclusão das Paisagens Culturais na Lista do Património Mundial. Deste modo, a Convenção Para a Protecção do Património Mundial, assinada em 1972, constitui-se como o primeiro instrumento legal de âmbito internacional a reconhecer e a defender a protecção das Paisagens Culturais.

Neste documento normativo, que regula a aplicação da Convenção, o Comité para o Património Mundial reconhece oficialmente que as Paisagens Culturais representam “uma obra conjugada do homem e da natureza”, podendo, por isso, ser enquadradas dentro das tipologias de património de valor universal indicadas no artigo 1º da Convenção. Conforme definido neste regulamento, as Paisagens Culturais traduzem a evolução das sociedades

Quadro I – O conceito de Paisagem: dimensões e perspectivas de análise.

Dimensões da Paisagem	Componentes Paisagísticos	Abordagens do estudo da Paisagem
Suporte biogeofísico	Geologia	Ciências da Terra Positivistas
<i>"O espaço geográfico ou espaço-objecto"</i>	Geomorfologia	
	Edafologia	
	Fauna e Flora	
Dinâmicas ambientais	Processos climáticos	Climatologia
<i>"A Paisagem como um geossistema"</i>	Processos geomorfológicos	Geomorfologia Dinâmica
	Dinâmica dos biótipos	Biologia / Biogeografia
	Dinâmica dos ecossistemas	Ecologia / Ecologia da Paisagem
Económica	Factor Produtivo	Economia
<i>"A Paisagem como bem de consumo"</i>	Factor Locativo	Geografia Económica
	Valor Turístico	Geografia do Turismo
Sócio-Cultural	Antropização da morfologia do terreno	Geografia Regional
<i>"Paisagens culturais ou humanizadas"</i>	Antropização dos ecossistemas	Geografia Histórica e Culturalista
	Práticas agro-pastoris	Geografia Humana
	Sistemas de divisão da propriedade	Geografia Rural
	Sistemas comunais e vicinais	História
	(partilha de terras, partilha de sistemas de regadio, organização concertada do calendário e das actividades agro-pastoris)	Antropologia Geo-arqueologia
		Sociologia
	Património edificado	Etnologia da Paisagem
Perceptiva	A imagem mental da Paisagem	Geografia das Representações
<i>"Paisagem Subjectiva"</i>	Códigos simbólicos e artísticos	Geografia das Percepções
	Valor estético da Paisagem	Arquitectura Paisagista
	Paisagens sonoras	Arte (Pintura, Cinema...)
	Paisagens olfactivas	Psicologia
	Paisagens tácteis	

Estas novas ciências que se dedicam ao estudo da Paisagem são responsáveis pela adopção e difusão de perspectivas de análise inovadoras, contribuindo para a integração progressiva dos factores antrópicos enquanto forças de construção, transformação e modelação da Paisagem. Deste modo, assiste-se à distinção teórica e conceptual entre as Paisagens Culturais e as Paisagens Naturais, não sendo no entanto esquecida a forte interrelação entre ambas. Pelo contrário, “vários autores reconhecem que as paisagens verdadeiramente naturais não existem”, como enfatiza TERESA SÁGUEIRO (Op. cit., 2001; p. 41).

humanas e da ocupação e apropriação do meio físico ao longo dos tempos, sob a influência de condicionantes e/ou oportunidades estabelecidas pelo ambiente natural e pelas sucessivas forças sociais, económicas e culturais, de ordem interna ou externa.

O termo “Paisagem Cultural” engloba um conjunto diversificado de manifestações resultantes da interacção entre o Homem e o meio ambiente. Frequentemente, as Paisagens Culturais reflectem a aplicação secular de técnicas sustentáveis de uso do solo, adaptadas às características naturais dos territórios que servem de suporte às comunidades humanas e às actividades antrópicas.

Consequentemente, a protecção das Paisagens Culturais pode fomentar a adopção de modernas técnicas de uso do solo, desenvolvidas com base em princípios de sustentabilidade, possibilitando simultaneamente a manutenção e incremento dos valores naturais da Paisagem. A preservação das formas tradicionais de uso solo e a introdução de novas técnicas sustentáveis constitui uma estratégia de conservação da biodiversidade.

A UNESCO distingue, para efeitos de classificação e inclusão na Lista de Património Mundial, três grandes tipologias de Paisagem Cultural¹:

- Paisagem claramente definida, que contempla as Paisagens intencionalmente concebidas e construídas pelo Homem. Esta categoria compreende parques e jardins edificadas por razões estéticas, encontrando-se usualmente associados a edifícios ou conjuntos monumentais de carácter religioso ou outro;

- Paisagem essencialmente evolutiva, referente às Paisagens que evoluíram organicamente, devendo-se a sua génese e desenvolvimento à interacção entre o meio ambiente natural e os factores condicionantes de ordem social, económica, administrativa e/ou religiosa. No presente, este tipo de Paisagem pode constituir uma herança cultural do passado estática, cuja evolução foi interrompida num dado momento ou período histórico, ou uma realidade dinâmica em transformação contínua. Segundo a classificação da UNESCO as Paisagens Orgânicas ou Evolutivas subdividem-se em Paisagem - Relíquia (ou fóssil), cujas evidências materiais se identificam pela conservação dos seus traços originais, e a Paisagem Viva, que pode ainda deter um papel social activo, associado a um modo de vida tradicional em evolução (mantendo, contudo, significativas evidências materiais da sua evolução);

- Paisagem Cultural Associativa (ou simbólica), que corresponde a paisagens cujo interesse se justifica pelo simbolismo e/ou valor religioso, artístico e cultural dos elementos naturais da Paisagem, mesmo que os testemunhos culturais materiais sejam pouco significativos ou mesmo inexistentes.

Em Portugal, a importância da Paisagem enquanto Património Cultural adquire especial relevo durante a vigência do Estado Novo, no contexto de defesa e afirmação de uma ideologia ruralista e tradicional. Como testemunha DÍNGUES, Álvaro (2001, p. 56):

"Mais do que uma morfologia, ou de uma tipificação de morfologias, as paisagens geográficas continham uma espessura antropológica, uma memória reveladora de diversas sedimentações ou marcas deixadas por sucessivas transformações. As

paisagens eram património cultural, elemento imprescindível da identidade de um povo ou até de um modelo de coesão do Estado-Nação."

No quadro das Paisagens Culturais destaca-se, pela sua especificidade, a denominada Paisagem Património. O reconhecimento do valor patrimonial da Paisagem confere-lhe uma maior visibilidade e mediatização. Este é o motor que impulsiona a criação de instrumentos normativos específicos para a protecção e ordenamento das áreas de manifesto valor paisagístico a nível natural e/ou cultural.

A preocupação actual quanto à protecção, conservação e valorização das designadas "Paisagens Patrimoniais" orienta-se no sentido do reforço da sua autenticidade cultural. Porém, a pretensa defesa da identidade genuína da Paisagem focaliza-se quase exclusivamente nos traços fisionómicos externos esquecendo os processos e dinâmicas essenciais à sua produção, reprodução e recriação. Com elevada pertinência Álvaro DÍNGUES (Op. cit. 2001, p. 63-64) observa:

"Numa abordagem mais superficial, o valor patrimonial da paisagem reduz-se, muitas vezes, a um exercício de cenografia descolado das condições intrínsecas de produção e de evolução dessas paisagens, e que sobrevaloriza os elementos pitorescos tradicionais (socalcos, muros, arquitecturas vernaculares, ruínas, sítios arqueológicos, lugares excepcionais, simbologias, mitos...), convertidos em ícones de uma «autenticidade cultural perdida» e em imagens de modos de vida supostamente harmoniosos e bucólicos."

Este modo de ver a Paisagem transforma-a numa espécie de bem de consumo, um produto resultante essencialmente da idealização do sujeito, encontrando-se a imagem mental da Paisagem usualmente afastada da realidade da Paisagem Viva e longe de compreender as condições concretas da sua construção.

A idealização da Paisagem remete-nos para a esfera da percepção e interpretação da realidade. Encontramo-nos, portanto, no plano da subjectividade. Não podemos esquecer que, para além da Paisagem Real, existe uma Paisagem Ideal, ou seja, um território observado e sentido. Teresa ALVES, (2001, p. 70) sublinha a importância do papel da sociedade e das manifestações culturais e artísticas na modelação da experiência perceptiva:

"Modelos pictóricos, literários, cinematográficos, televisivos, publicitários, socialmente produzidos, modelam continuamente a experiência perceptiva de construção dos valores paisagísticos. Estes valores devem pois ser contextualizados em termos de tempo e de espaço, a maneira como as pessoas

¹ A tradução para português dos termos e conceitos originais baseou-se no documento: *Categorias e Critérios de Seleção do Património Mundial, Cultural e Natural*.

compreendem e se relacionam com o mundo que as rodeia depende do momento e do lugar.”

A dicotomia entre a visão materialista e idealista da Paisagem resulta essencialmente do modo como cada ciência se posiciona face à relação dialéctica sujeito – objecto. Dependendo da valorização da percepção do sujeito ou da existência material do objecto, a análise da Paisagem oscila entre a procura da sua explicação através de modelos de simplificação da realidade e a compreensão da sua interpretação subjectiva, condicionada por valores e códigos socialmente assimilados, de cariz cultural e estético.

Esta última perspectiva de abordagem da Paisagem, centrada na sua dimensão subjectiva, constitui objecto de estudo de disciplinas emergentes como a Geografia das Percepções e a Geografia das Representações. Os novos olhares sobre a Paisagem integram, inclusive, as suas múltiplas dimensões sensoriais, debruçando-se sobre temáticas como as Paisagens sonoras, olfactivas e tácteis (GASPAR, Jorge, 2001).

A subjectividade inerente a qualquer critério de avaliação do valor da Paisagem obriga-nos a questionar as opções realizadas quanto à sua protecção e conservação. É imprescindível ponderar e fundamentar estas opções, que devem reflectir o respeito pela identidade colectiva. As decisões tomadas no que respeita ao Património Cultural e Natural são, na sua essência, decisões de ordem política, que podem ou não alicerçar-se nas recomendações da comunidade científica. É, por isso, pertinente a seguinte reflexão de Teresa AUES (Op. cit. 2001, pp. 70):

“Proteger, salvaguardar, conservar que paisagens? Seleccionadas segundo que valores paisagísticos? Os valores paisagísticos são valores sócio-culturais construídos em determinados contextos de tempo e de espaço e, como tal, estão em contínua mudança e evolução. As paisagens identificadas como as que devem ser preservadas, algumas das quais consideradas como naturais, correspondem a modelos culturais herdados do passado, frequentemente obsoletos.”

Esta última afirmação, alerta-nos para a necessidade de equacionar as estratégias e os modelos de conservação da Paisagem construída, que não podem pretender manter inalterados estilos de vida, formas de uso do solo e processos produtivos arcaicos, devendo, pelo contrário, procurar potenciar a evolução sustentável a longo prazo destes territórios, harmonizando valores paisagísticos, ambientais, patrimoniais e socio-económicos.

Como síntese de tudo o que ficou dito sobre as múltiplas dimensões do conceito de paisagem subscreveremos esta definição integradora de Ribeiro THUIS (2004, p.4):

“A paisagem é tudo. É um diagnóstico de uma organização humana do território. A paisagem não é natural. É construída com elementos naturais. É do Homem, como uma casa. O Homem faz a paisagem com materiais vivos e com solo duro. É uma construção artificial, baseada nas leis da Natureza. Os seus elementos estão sujeitos à Lei da Vida. Portanto, há uma dinâmica e lógica da paisagem, da parte essencial da paisagem. Não podemos separar a paisagem e tratá-la como uma “coisa” para o turista ou como um valor apenas de cenário.”

Génese e Processos Históricos de Construção da Paisagem

A construção da paisagem destas áreas serranas e a própria organização dos sistemas agro-pastoris que prevaleceram até à segunda metade do século XX remontam à Idade do Ferro e do Bronze, especificamente ao período de presença celta no noroeste peninsular.

O desenvolvimento da agricultura e da pastorícia nas montanhas do Noroeste Peninsular ocorre inicialmente nas áreas de maior altitude, em associação com a expansão da cultura castreja, como explica Eugénio de CASTRO CALDAS (1991, p. 25-26):

“A Norte do Douro o agrupamento galaico consolidava o solar da cultura castreja (...) pela construção de Castros e de Citánias, muitas das quais fortemente anurallhadas. Os habitantes organizaram-se em grupos que se hierarquizavam desde a família às gentilitas, que se podem considerar idênticas ao clan. As gentilitates, dentro da mesma gens, formavam tribos que praticavam a exploração agro-pastoril nas zonas de altitude e meia encosta das montanhas, deixando praticamente intacto os vales inóspitos, cobertos de pântanos e de densas florestas. (...) Com base nestas influências decisivas a paisagem agrária transforma-se totalmente, passando a incluir as culturas arbustivas e arbóreas (...) em parcelas demarcadas no espaço cerealícola anterior, junto dos povoados. A delimitação separada de terras de sementeira e de terras de plantação afigura-se decisiva como sistema caracterizador do abandono da itinerância agrícola com passagem à sedentariedade.”

A influência celta sobre a evolução dos sistemas agro-pastoris das montanhas do Noroeste Peninsular estende-se por um longo período histórico, permanecendo durante as invasões cartaginesas (século V a.C.) e após a conquista da Península Ibérica pelo Império Romano.

Refira-se a título exemplificativo a antiguidade dos sistemas de regadio tradicionais, (fot. 1) cuja implementação remonta ao século V a.C, no quadro da resistência da Cultura Castreja no Noroeste

Peninsular (fot. 2), permitindo o progresso da agricultura nas áreas envolventes dos Castros, bem como, o crescimento do pastoreio nos baldios de montanha.

Cite-se a este propósito a seguinte observação de Eugénio de CASTRO CALDAS (Op. cit. 1991, p. 26) :

"É digna de registo a técnica de regadio adoptada nos «lameiros» para os quais, no Verão, se conduzia, em regos, as águas das nascentes, para obter prado que complementasse as pastagens estiolada. Não poderá excluir-se ainda a hipótese de a mesma água servir, no Inverno, para rega «de Lima» que defende as plantas contra os estragos da geada". (fotos 3 e 4)

O reduto da Cultura Castreja nas áreas de maior altitude das montanhas do Noroeste de Portugal



Fot. 1 – Sistemas de regadios tradicionais.



Fonte: www.gralhastenzabarroza.blogspot.pt

Fot. 2 – Fonte Celta na aldeia de Gralhas (Montalegre).



Fot. 3 – Rega de "Lima", Alturas do Barroso, 2007.



Fot. 4 – Pormenor da rega de "Lima" - Alturas do Barroso, 2007.

permanece ainda durante as invasões romanas do século II a.C.. Os povoamentos romanos instalam-se essencialmente nas áreas de vale de menor altitude, próximas às linhas de água, com uma morfologia menos acidentada e dotadas de solos mais profundos e mais férteis, conforme testemunhado por Eugénio de CASTRO CALDAS, (Op. cit. 1991, p. 32) : "No Norte, pela ocupação mais tardia, a implantação da estrutura romana foi mais difícil. Os exércitos de Augusto movimentaram-se na selva densa que dominava nas terras baixas, encontrando-se a população defendida em posições castrejas, amuralhadas nos comoros vizinhos das montanhas, que estariam limpas de arvoredo pelas queimadas dos pastoreio e da agricultura. Para instalar as Villae romanas foi necessário abater as selvas e sanear os pântanos por meio de obras de drenagem nunca antes realizadas." (Fig. 2).

Uma leitura atenta do excerto citado permite-nos constatar a importância da ocupação romana no processo de desflorestação das áreas de fundo de vale das montanhas do Noroeste Peninsular, modificando o padrão de ocupação territorial, impulsionando a evolução dos sistemas agro-florestais e transformando profundamente a paisagem. Contudo, é igualmente relevante a permanência dos povoamentos castrejos nas áreas serranas de maior altitude. Ainda que a sua importância político – estratégica tenha diminuído, subsistem os sistemas e práticas agro-pastoris típicos das áreas de montanha. Atente-se apenas nas implicações da desflorestação dos fundos de vale sobre a economia rural preexistente assente na complementaridade entre a agricultura, a pastorícia, a recolha e a actividade cinegética, dependente da disponibilidade de áreas florestais extensas.

Na Península Ibérica o domínio romano e a época medieval constituíram períodos decisivos deste processo de destruição das florestas nativas. Entre 31 a.C. a 410 d.C. verificou-se um consumo massivo de produtos lenhosos, que eram utilizados quer como



Fonte: Luís Fraga; www.arqueotavira.com

Fig. 2 – Povos pré-romanos na Península Ibérica (200 a.C.).

matéria-prima, quer como combustível na fundição de metais para a produção de armas. A utilização excessiva dos produtos florestais obrigou a que muitas fundições romanas fossem re-localizadas nos países nórdicos onde a madeira era ainda abundante (THESSER, Hélio, 2002) Deste modo, pode afirmar-se que a floresta actual reflecte um longo processo evolutivo, resultante da conjugação de condicionantes naturais – condições climáticas, geomorfológicas, edáficas, pedológicas, hidro-meteorológicas – e históricas, relacionadas com acção transformadora / destruidora do Homem.

Esta breve exposição histórica permite-nos concluir que os espaços de montanha do Noroeste Peninsular não podem actualmente ser considerados como “áreas naturais”, na acepção estrita do conceito, ou seja, enquanto ecossistemas no seu estado primitivo, não sujeitos à influência da acção antrópica.

É, pelo contrário, inequívoco que os sistemas montanhosos do Noroeste de Portugal e da Galiza constituem uma Paisagem Cultural, expressando uma realidade continuamente construída e reconstruída, resultante da conjugação e interacção histórica entre as características do meio físico e a intervenção do Homem sobre o território. Esta relação multissecular entre os processos naturais e as actividades antrópicas possibilitou o desenvolvimento de um equilíbrio dinâmico, assente numa estrutura de interdependência e complementaridade de funções.

Factores e Processos de Construção da Paisagem: a Interacção Homem – Meio.

As estruturas biofísicas do território, enquanto suporte em que se alicerça a construção da paisagem, condicionam decisivamente as estratégias de implementação e desenvolvimento das actividades agro-pastorícias. As características de ordem topográfica, geomorfológica e geológica, assim como, as propriedades específicas dos solos, da rede hidrográfica e do clima a nível local e regional constituem factores determinantes na organização dos espaços agro-florestais que sustentam a economia rural das áreas de montanha.

A paisagem de socacos ou terraços agro-pastoris construídos ao longo das vertentes serranas constitui o principal marco identitário e de individualização geo-cultural das montanhas do Noroeste de Portugal (Fot. 5). Os socacos podem definir-se a nível morfológico como “plataformas mais ou menos planas, de solo profundo e fértil, construídos nas



Fot. 5 – Os terraços como principal marco identitário e de individualização geo-cultural das montanhas do Noroeste de Portugal (Rio Vez – Arcos de Valdevez, 2006).

vertentes das montanhas, sobrepostos uns aos outros em escadaria e suportados por grandiosos muros de pedra" (MIRANDA, Jorge; REY, Juan²).

Esta estratégia particular de transformação da morfologia e da paisagem das áreas de maior declive visando a sua utilização pelas actividades agro-pastoris encontra-se associada à prática da irrigação através dos sistemas de regadio, assente em processos de rega e drenagem tradicionais. Os "regadios" eram constituídos por complexas redes de canais, que podiam estender-se por dezenas de quilómetros, e destinavam-se ao transporte da água dos pontos mais altos das vertentes, poços e linhas de água, para áreas de cultivo e pastagens (Fot. 6).



Fot. 6 - Redes de canais do sistema de regadio tradicional nas montanhas do Noroeste Peninsular (Barroso, 2007).

A edificação desta paisagem de socalcos foi profundamente influenciada pela estrutura geológica de base. Os socalcos construídos sob rochas xistentas possuem quase invariavelmente uma dimensão menor e uma distância altitudinal entre os patamares mais reduzida do que aquela que se verifica nos socalcos construídos sobre rochas granitoides (Fot.s 7 e 8). De igual modo, o declive das vertentes condiciona quer a morfologia horizontal quer a altura vertical dos socalcos. Por outro lado, as características edáficas, o comportamento hidrológico dos solos e até mesmo a quantidade de energia absorvida e reflectida pelos solos dependem em grande medida do substrato geológico dos socalcos, assim como, da existência de formações superficiais (depósitos de vertente ou mantos de alteração). Deste modo, se explica existir uma adaptação do tipo de culturas praticadas e dos usos agrícola e pastoril dos socalcos em função das características geológicas da vertente.

²In: http://www.ardal.pt/modules/xt_content/index.php?id=9, página consultada em Fevereiro de 2007.



Fot. 7 - Socalcos em granito (Rio Vez - Arcos de Valdevez, 2006).



Fot. 8 - Socalcos em áreas de complexo xisto grauváquico ante-ordovícico na Serra do Marão (2007).

Similamente, verifica-se uma diversidade funcional e uma variação das culturas praticadas em função da altitude e da exposição das vertentes.

Saliente-se ainda a importância da rede hidrográfica na organização dos sistemas de irrigação e drenagem tradicionais, nomeadamente sobre as tipologias das pastagens de montanha semi-naturais, vernaculamente designadas por "lameiros".

Conclui-se que o claro predomínio dos terraços agrícolas na paisagem destas áreas montanhosas faz-se acompanhar por uma grande diversidade a nível da morfologia e da sua utilização agro-pastoril.

"Unidades agro-pastoris" da paisagem de socalcos das montanhas do Noroeste de Portugal

A observação da variação funcional dos socalcos das montanhas do Noroeste de Portugal permite identificar padrões e contrastes espaciais na sua utilização para a prática agrícola e para a actividade pastoril. Verifica-se uma clara oposição entre as vertentes montanhosas a oeste da superfície culminante da barreira de condensação, e as vertentes situadas a leste deste limite. Esta dicotomia decorre essencialmente das diferenças climáticas, a nível da precipitação e temperatura, resultantes da transposição das massas de ar húmido dos maciços

montanhosos que enformam a mencionada barreira de condensação. Como consequência deste processo as vertentes ocidentais dos sistemas orográficos do Noroeste Peninsular apresentam níveis de pluviosidade elevados (superiores a 1600 mm/ano) e temperaturas mais amenas. Pelo contrário, as vertentes orientais apresentam valores de precipitação inferiores e uma amplitude térmica mais acentuada. Com base nas considerações tecidas, deduz-se existir uma influência marítima / atlântica nas características climáticas das vertentes ocidentais e uma feição continental nas características climáticas das vertentes orientais. É assim possível individualizar diversas "unidades agropastoris" dentro da área em estudo, nas quais é distinto o uso cultural e / ou pastoril dos socalcos.

Nas vertentes ocidentais das Serras do Alto Minho o milho e o vinho verde constituem as espécies de cultivo que assumem maior expressão, quer nas áreas de vale quer nas áreas mais declivosas (Fot. 9). O milho destaca-se enquanto cultura de regadio e o vinho verde é cultivado tradicionalmente sob a forma de vinha enforcado, em latada e em ramada. No entanto, a cultura do vinho verde não ultrapassa os 400 / 500 m de altitude por razões de ordem climática (Fot. 10).

Na vertente ocidental da Serra do Alvão há uma continuidade da agricultura tradicional típica do Alto Minho descrita anteriormente (fot.s 11 e 12).



Fot. 9 – Socalcos no rio Vez: o milho e o vinho verde constituem as espécies de cultivo que assumem maior expressão (2006).



Fot. 10 – A cultura da vinha deixa de ter expressão a partir de uma determinada altitude por razões de ordem climática (Rio Vez – Arcos de Valdevez, 2006).

Nas vertentes da Serra do Marão que fazem parte da Região Demarcada do Douro (RDD), integradas na sub-região do Baixo-Corgo, assiste-se a uma especialização na produção vitivinícola dos socalcos das vertentes do vale do Douro, até aos 400m de altitude. É importante salientar o processo complexo de evolução da morfologia dos socalcos vinícolas da RDD após a epidemia da filoxera.

A vinha "pré-filoxera" organizava-se em patamares de largura reduzida que comportavam 1 a 2 bardos. Estes socalcos eram construídos paralelamente às curvas de nível, sendo suportados por muros de pedra com cerca de 50 cm de espessura. A destruição de grande parte dos vinhedos antigos pela filoxera impulsionou a renovação e expansão da vitivinicultura na RDD. Este processo induziu uma transformação progressiva das técnicas de plantação da vinha e das características morfológicas dos socalcos.

A evolução da vitivinicultura após a praga epidémica da filoxera foi marcada pela ocupação preferencial das vertentes com menor declive e pelo crescimento da distância entre os muros de suporte (PEROSA, António; MARTINS, Márcio; 2004).

No período pós-filoxera, é possível identificar dois grandes sistemas de plantação da vinha, dentro dos quais se diferenciam técnicas específicas.



Fot. 11 – Socalcos no Alvão onde se observa tradicional vinha enforcado (2007).



Fot. 12 – Socalcos no Alvão onde a altitude já não permite a cultura da vinha (2005).

O sistema da "vinha tradicional", que persiste até ao último quartel do século XX, caracteriza-se pela estruturação das vertentes em patamares de dimensão e declive variáveis, sustentados por muros de suporte (fot. 13). Encontram-se integrados no sistema da "vinha tradicional" os seguintes métodos de plantação:

- A "vinha em terraços" que se distingue da vinha pré-filoxera apenas pelo aumento da largura dos socalcos, continuando estes a ser suportados por muros de pedra;

- A "vinha a oito", na qual a superfície cultivável dos socalcos deixa de ser completamente horizontal, passando a ter um grau de declive reduzido, de forma a possibilitar um incremento ainda maior da largura dos patamares (Fot. 14).

Os sistemas de plantação modernos, cujo desenvolvimento se verifica a partir de finais da década de 70 e assume maior expressão nos anos 80, caracterizam-se essencialmente pela supressão dos muros de suporte dos socalcos. Entre os novos sistemas de plantação encontram-se:

- A "vinha plantada segundo as curvas de nível", implementada a partir da década de 60. Nesta técnica de cultivo os socalcos acompanham a morfologia da vertente, não alterando significativamente o seu declive original. Os muros são substituídos por pequenos

taludes de terra, sendo os bardos dispostos de modo a permitir a circulação dos tractores, facilitando assim a mecanização das diversas fases do processo de produção vitivinícola. Este método de plantação apenas pode ser praticado em vertentes com declive igual ou inferior a 15°.

- A "vinha plantada em patamares", sistema no qual se procede à armação dos terrenos em patamares com uma largura compreendida entre os 3, 5m e 4m, que podem comportar até dois bardos nas vertentes com declive inferior a 22°. Nesta técnica de plantação os muros de suporte são suprimidos dando lugar a taludes de terra (fot. 15);

- A "vinha ao alto", técnica introduzida recentemente e que está ainda em fase de estudo, ocupando presentemente uma área restrita de cerca de 300 ha (Fot. 16). Este método, similar ao sistema de plantação da vinha segundo as curvas de nível, diferencia-se pela disposição do alinhamento dos bardos perpendicularmente às curvas de nível.

Nos socalcos agro-pastoris das Serras do Larouco e do Barroso é evidente o predomínio das culturas de sequeiro, não sendo praticado o cultivo da vinha (Fot. 17).

Encontram-se igualmente disseminados pela paisagem de montanha transmontana os lameiros, pastagens de montanha semi-naturais de carácter



Fot. 13 - O sistema de armação de vinha tradicional na RDD (2003).



Fot. 15 - Sistema de plantação de vinha em patamares na RDD (2003).



Fot. 14 - A fase final do sistema de vinha tradicional na RDD: "vinha a oito" (2003).



Fot. 16 - Sistema de plantação de "vinha ao alto" na RDD (2001).

permanente, destinadas essencialmente à alimentação do gado bovino.

Os lameiros localizam-se usualmente na proximidade de linhas de água (perenes, periódicas ou esporádicas) ocupando áreas que se caracterizam em termos edáficos por possuírem solos de textura fina e com grande quantidade de matéria orgânica (Rt.s 18 e 19).

Não há ainda consenso quanto à génese histórica dos lameiros. Como já referido, os lameiros que ocupam socos construídos em sectores de vertentes de maior altitude e em áreas planálticas poderão remontar ao período pré-romano. Quanto aos lameiros de fundo de vale, acredita-se que tenham surgido na Alta Idade Média, como consequência da destruição das áreas de mato ou floresta que existiam nos solos férteis próximos às linhas de água. A distribuição dos lameiros no território continental pauta-se por uma elevada concentração nos espaços de montanha de Trás-os-Montes, observando-se uma representação menor nas regiões da Beira Interior e Entre Douro e Minho.



Fot. 17 - Serra do Larouco: predomínio das culturas de Sequeiro (2007).



Fot. 18 - Lameiros em fundo de vale e sistemas tradicionais de irrigação (Alturas do Barroso, 2007).



Fot. 19 - Lameiros em vertente onde o sistema de socos é fundamental para a sua sustentação (Boticas, Barroso, 2007).

Os Equilíbrios e as Dinâmicas de Interdependência da Paisagem Construída

A relação milenar entre os processos naturais e as actividades humanas possibilitou o desenvolvimento de um equilíbrio dinâmico, alicerçado numa estrutura de interdependência e complementaridade de funções.

As práticas agrícolas e pastoris passaram a constituir parte integrante dos ecossistemas dos espaços de montanha, levando à sua conversão em geossistemas antropizados. As comunidades humanas, no seu processo de apropriação do espaço geográfico, transformam profundamente o território a nível geomorfológico, hidrológico, pedológico e biológico.

O impacto antrópico sobre os ambientes naturais conduz, como já referido, a profundas mutações de ordem morfológica, a alterações significativas do coberto vegetal e da fauna locais e à artificialização dos processos de drenagem. Na verdade, todos os processos de funcionamento sistémico dos ambientes de montanha passam a ser condicionados pelo Homem, que interfere, de modo directo ou indirecto, nos vários canais e fluxos de troca de energia e matéria.

Na realidade, a fixação dos grupos agro-pastoris nas vertentes serranas implicou uma reestruturação global da organização destes territórios, condicionada pela actuação edáfica, hidro-climática e florística dos vários sectores altitudinais das encostas para a prática da agricultura e para o pastoreio do gado bovino, ovino e caprino.

Jorge Miranda, e Juan Rey, (*id. ibidem*) descrevem, de forma sumária, o modo como o território dos espaços de montanha se organiza em função da variação altitudinal do uso solo, evidenciando a complementaridade funcional e económica existente entre os três níveis de aproveitamento das vertentes serranas: o nível supra-florestal (o mais elevado em altitude), o nível florestal (nível intermédio) e o nível das culturas agrícolas permanentes (base das vertentes e fundo de vale).

"No nível supraflorestal o pasto é o principal recurso sendo consumido pelo gado durante 7-8 meses do ano, este aproveitamento é complementado pelo cultivo de terras agrícolas, nas brandas, onde se produz centeio, feno, batata e algum produto hortícola. (...) No nível florestal a vegetação natural foi alterada pelo homem, que privilegiou a implantação de diversas comunidades de matos com triplo uso, agro-silvo-pastoril, disponibilizando lenha para aquecimento, assim como folhas e ramas para a alimentação e cama dos gados. É nestes dois níveis, supraflorestal e florestal, que se situa grande parte das áreas de incultos ou "baldios", de propriedade e utilização comunal, que constituem o principal suporte da organização pastoril."

É importante salientar a forma como os diferentes níveis funcionais se encontram interligados segundo uma lógica de interdependência, como se depreende da leitura do parágrafo transcrito. A sustentabilidade e viabilidade da economia rural dos espaços de montanha assentam na conjugação destes três factores produtivos: pastoreio do gado; exploração silvícola e exploração agrícola.

Por outro lado, a sustentabilidade ambiental destes ecossistemas semi-naturais encontra-se dependente das várias intervenções do Homem sobre o meio físico e sobre os processos naturais actuais, condicionando a drenagem hídrica superficial e sub-superficial dos solos, assegurando a conservação e limpeza das matas e florestas, contribuindo para a manutenção da biodiversidade.

Destaque-se a este respeito que, fruto de uma longa coexistência com as actividades agro-pastoris, as espécies locais tendem a adaptar-se a habitats antropicamente modificados, cuja continuidade é posta em causa pelo crescente despovoamento das áreas rurais.

Mencione-se, igualmente, a importância das práticas agro-pastoris tradicionais para a prevenção de diversos tipos de riscos naturais, designadamente a instabilidade de vertentes, influenciada quer pelas dinâmicas hidrológicas, quer pela evolução das características hidro-morfológicas, a perda da fertilidade dos solos e os incêndios florestais.

Como exemplo dos efeitos negativos sobre o equilíbrio ambiental e sistémico decorrentes do despovoamento dos espaços de montanha, cite-se a seguinte reflexão constante do documento Estratégia Nacional Para As Florestas (Direcção Geral dos Recursos Florestais - DGRF, 2006) que foca o caso específico do risco de incêndio florestal:

"Não há análises sobre o impacto do despovoamento humano no sector florestal, mas várias hipóteses têm sido avançadas. Uma é que o despovoamento leva a um aumento na dimensão das áreas ardidas, devido a uma menor capacidade

informal de detecção, apesar de isto ser contradito por uma muito maior probabilidade de ocorrência de incêndios em zonas mais povoadas. A segunda hipótese é que o êxodo rural disponibilizou áreas agrícolas para o uso florestal, originando manchas florestais mais contínuas. A terceira hipótese é que a ausência dos proprietários levou ao abandono da gestão florestal tradicional (roça do mato, cortes selectivos e resinagem)."

A antropização dos ecossistemas de montanha explica a necessidade do seu reequilíbrio quando o Homem abandona estes espaços, quando se procede à modernização das práticas agro-pastoris tradicionais ou ainda quando se verifica uma reconversão do uso do solo. Note-se que as novas técnicas adoptadas e as novas formas de ocupação do solo encontram-se, frequentemente, menos adequadas as características ambientais locais do que os modelos preexistentes. Consequentemente, o período de readaptação, no qual o sistema procura um novo estado de equilíbrio, caracteriza-se por rupturas diversas no funcionamento dos ecossistemas.

O equilíbrio do mundo rural tradicional tem vindo a ser corrompido pelo fluxo de despovoamento dos espaços de montanha. Este processo iniciado na segunda metade do século XX acentuou-se nas últimas duas décadas, conduzindo ao abandono das práticas agrícolas, da pastorícia e da exploração florestal.

O Grupo de Trabalho Agro - Ambiental, responsável pelo estudo do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas sobre o impacto do Abandono da Actividade Agrícola em Portugal, (Coord. Aus, António Lobo; 2003, p. 5) enfatiza que os espaços de montanha são os mais afectados por este processo de despovoamento:

"O abandono ocorre fundamentalmente em Portugal, tal como nos restantes países da União Europeia, nas Regiões de Montanha, nas quais a existência de handicaps naturais, designadamente a topografia, a pequena dimensão das explorações e a baixa produtividade dos solos determinou inevitavelmente uma reduzida produtividade do trabalho. (...) Em Portugal, a maioria dos sistemas agrícolas tradicionais são economicamente inviáveis, embora sustentáveis sob o ponto de vista ambiental."

Assim, o processo de avaliação, previsão e mitigação dos riscos naturais actuais nos espaços de montanha alvos do fenómeno de despovoamento, será muito mais eficaz se considerar as implicações da perda do equilíbrio existente entre o meio físico e as actividades agro-florestais. Por outro lado, a procura de reconstrução deste equilíbrio, integrando naturalmente as novas exigências de qualidade de vida, as novas técnicas e formas de produção; é fundamental para o sucesso de qualquer estratégia de gestão dos riscos naturais.

O estudo supramencionado, *Abandono da Actividade Agrícola em Portugal* (Op. cit. Coord. Aves, António Ibo; 2003, p. 9) conclui que:

"O abandono dos sistemas agrícolas tradicionais, ambientalmente sustentáveis, mas marginais em termos económicos é na generalidade dos casos negativo para a conservação da natureza. Consequentemente, a promoção dos sistemas de produção tradicionais e das práticas agrícolas que lhe estão associadas é essencial para a preservação do património natural, designadamente nas áreas integradas na Rede Natura."

A Transformação do Espaço Rural e a Evolução da Paisagem

A reflexão realizada sobre as dinâmicas de interdependência do espaço rural das áreas de montanha deixou patente que estes territórios atravessam presentemente um rápido e complexo processo de mudança, ditado pelas dinâmicas demográficas e pela modernização de estilos de vida e sistemas económicos arcaicos.

O já citado relatório, *Abandono da Actividade Agrícola em Portugal* (Op. cit. Coord. Aves, António Ibo; 2003, p. 4) aponta a seguinte tendência evolutiva para a próxima década, delineando simultaneamente os desafios a superar pelos territórios rurais:

"(...) No presente decénio ocorrerá inevitavelmente um processo de abandono de vastas áreas agrícolas do território, com consequências sociais, económicas e ambientais graves, as quais devem ser estudadas e reflectidas, procurando-se as soluções possíveis para a manutenção da viabilidade das regiões que venham a ser afectadas".

Face à realidade presente e às perspectivas de evolução do espaços de montanha, importa equacionar estratégias e medidas que permitam inverter a tendência de abandono e perda de identidade das Paisagens Culturais da ruralidade.

Independentemente das particularidades regionais e locais, qualquer solução de revitalização dos sistemas socio-económicos rurais deverá contemplar a sua diversificação funcional, potenciando de modo inovador as suas múltiplas mais-valias produtivas, ambientais, culturais e paisagísticas.

A este respeito merece relevo a seguinte observação de Teresa PINDO-CURREIA, (2004, p.8) :

"Fala-se hoje de multifuncionalidade da paisagem rural, porque dela cada vez mais se esperam várias funções: produção, não só em quantidade mas também de qualidade, preservação dos recursos naturais, conservação da natureza, manutenção da identidade e património cultural, recreio e turismo, qualidade de vida..."

É, de igual modo, fundamental alterar a visão dos espaços rurais, especificamente das áreas de montanha, enquanto territórios social e economicamente repulsivos, desprovidos de infra-estruturas e serviços e com acessibilidades precárias. Longe de serem espaços sem atractivos, possuem valores e recursos únicos, constituindo uma garantia de salvaguarda do património ambiental e um reservatório de matérias-primas essenciais.

É esta perspectiva de valorização dos espaços de montanha que defende a Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra – ADIBER (2002, p.6) :

"Mais do que um espaço de problemas é reconhecido que as Montanhas possuem um conjunto de potencialidades que são determinantes para a vida das populações, já que aí se localizam os mais importantes reservatórios de água potável, são possuidoras de uma biodiversidade única, com paisagens de inegável valor estético, cujas populações detêm uma cultura e identidade próprias que constituem um benefício considerável para as Sociedades no seu conjunto."

No quadro da delineação de um cenário alternativo de evolução dos espaços de montanha, que permita a conservação de uma "Paisagem Viva", lançamos à comunidade científica e aos agentes responsáveis pelo ordenamento do território, a nível técnico, administrativo e político, os seguintes desafios:

1. Incrementar a compreensão do papel das raízes históricas, na formação da Paisagem Cultural do Noroeste Português e na fundamentação de uma lógica de identidade comum enquanto "unidade geopaisagística";

2. Promover estratégias de exploração da Paisagem Cultural enquanto produto turístico. A valorização do potencial turístico da paisagem deverá ser enquadrada no ressurgimento de uma dinâmica de interrelação entre o espaço rural e o espaço urbano. O espaço agro-florestal poderá ser integrado no quadro de um produto turístico diversificado de âmbito cultural, patrimonial e ambiental, permitindo atrair visitantes com perfis e expectativas díspares;

3. Potenciar modalidades de turismo cultural, ambiental e em espaço rural, que possam contribuir para um desenvolvimento socio-económico local sustentável e simultaneamente assegurar a preservação, reabilitação e valorização dos valores ambientais e patrimoniais;

4. Apoiar a produção local e a animação cultural tradicional enquanto valores turísticos;

5. Fomentar a articulação das associações e instituições de base local e regional e a coordenação de acções dispersas, visando a persecução de objectivos de desenvolvimento comuns;

6. Capitalizar as sinergias decorrentes de factores de atracção partilhados e complementares, da concepção e execução de projectos integrados e da veiculação de um marketing turístico identitário;

7. Contribuir para a sensibilização individual, colectiva e institucional para a importância da qualidade paisagística, visando evitar a sua adulteração por intervenções desintegradas e desenquadradas do contexto local;

8. Concertar esforços para a elaboração de um Plano para o Turismo das Montanhas do Noroeste Peninsular, englobando o diagnóstico das potencialidades/ fragilidades e oportunidades/ desafios que se colocam ao sector turístico deste espaço, a definição de áreas de intervenção prioritárias e as estratégias preferenciais.

Conclusão

A extrema importância das actividades agrícola e pastoril no processo de construção e transformação da paisagem explica-se, antes de mais, pelo facto de todas as sociedades humanas dependerem, em última análise, dos sistemas agro-pecuários como base da subsistência e alicerce dos demais sectores económicos.

Foi nosso intuito contribuir para a compreensão dos processos que explicam as consequências paisagísticas, geomorfológicas, ecológicas e socio-económicas do uso agrícola e pastoril do solo a longo prazo, no sentido de aprofundar o conhecimento da identidade paisagística dos espaços de montanha.

Só com base no conhecimento das dinâmicas da Paisagem é possível diagnosticar as suas fragilidades e potencialidades próprias, assim como, as ameaças e oportunidades externas, visando antecipar e planear a sua evolução futura.

A exploração do valor económico, cultural e turístico da Paisagem construída dos espaços de montanha deverá ser integrada em qualquer estratégia de dinamização demográfica e económica dos territórios rurais.

A preservação da paisagem construída e a manutenção ou renovação das dinâmicas que a sustentam constituem, de igual modo, uma componente essencial na gestão de riscos. O progressivo abandono das paisagens construídas em áreas de montanha traduz-se no início de um ciclo de mudança e adaptação por parte dos sistemas naturais que procuram atingir um novo estágio de equilíbrio relativo. Sublinhe-se que o equilíbrio de uma paisagem antropizada depende fortemente da presença humana. Os sistemas naturais manipulados pelo Homem em seu benefício assumem níveis de

artificialidade variáveis.

O despovoamento e a cessação das actividades agro-pastoris, por um lado e, por outro, os novos usos e funções dos espaços naturais de montanha exercem um forte impacto sobre os factores condicionantes dos processos naturais. Os períodos de mudança correspondem, quase sem excepção, a fases de grande instabilidade, durante as quais a probabilidade de ocorrência de fenómenos de risco é exponenciada. Acresce ainda o facto do avanço tecnológico permitir ao Homem introduzir alterações cada vez mais profundas sobre os territórios que ocupa e cujas dinâmicas por vezes desconhece e desrespeita.

Por isso, defendemos que numa perspectiva de estudo de riscos, o conhecimento da paisagem é o conhecimento de vulnerabilidades importantes.

As propostas que se apresentam são também uma contribuição para a prevenção de riscos geomorfológicos, climático-hidrológicos e os de incêndio florestal que, sem a presença do Homem, podem agora manifestar-se na região com mais frequência.

Bibliografia

- ALVES, Teresa; (2001) - "A Paisagem - Em busca do lugar perdido". *Finistera*, XXXVI, 72, p. 67-74.
- BEROURCHAVILLI, Nikolai.; BERTRAND, George (1978) - "Le Géosystème ou Système territorial naturel". *Rev. Géogr. Pyr. Sud-Ouest*, 49 (2), p. 171-172.
- BERTRAND, George (1968) - "Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique". *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, 39 (3), p. 249-272.
- BRUM FERREIRA, António et al. (2001) - "Metodologias de Análise e Classificação das Paisagens. O Exemplo do Projecto Estrela". *Finistera*, XXXVI, 72, p. 157-178.
- CAIDAS, Eugénio de Castro (1991) - *A Agricultura Portuguesa através dos Tempos*. Instituto Nacional de Investigação Científica. Lisboa.
- CLAVAL, Paul (1987) - *A Geografia do Homem*. Almedina, Coimbra (Trad Ed. Francesa de 1974).
- DIMÍNGES, Álvaro (2001) - "A Paisagem Revisitada". *Finistera*, XXXVI, 72, p. 55-66.
- GASPAR, Jorge (2001) - "O Retorno da Paisagem à Geografia. Apontamentos Místicos". *Finistera*, XXXVI, 72, p. 83-99.

PEROSA, António; MARTINS, Márcio (2004) - "Processos de Erosão Acelerada na Região Demarcada do Douro: Um Património em Risco". 2º Encontro Internacional História da Vinha e do Vinho no Vale do Douro, GEHVID - Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense, Régua, Outubro de 2004.

ROGERIE, Gabriel; BEROURCHACHVILI, Nikolai (1991) - *Géosystèmes et Paysages. Bilan et Méthodes*. A. Colin, Paris, 359 p.

SALGUEIRO, Teresa Barata (2001) - "Paisagem e Geografia". *Finistera*, XXXVI, 72, p. 37-53.

SUJKA, V.B. (1963) - *Definición de algunos conceptos y términos de la Geografía Física*. Trabajos del Instituto de Geografía de Siberia, 3.

SUJKA, V.B. (1978) - *Introducción a la Teoría de los Geosistemas*, Editorial Nauka, Novosibirsk, 319p.

SOCHAVA, Viktor B. (1978) - "Por uma teoria de classificação de geossistemas de vida terrestre". *Biogeografia*, São Paulo, IGEO-USP, n.14.

UGI (1938) - *Cptes Rendus du Congrès International de Géographie Amsterdam*, Tomo I, 480 p.

Fontes bibliográficas disponibilizadas na Internet (páginas WEB acedidas em Abril de 2007)

ADIBER, Associação de Desenvolvimento de Géis e da Beira Serra (2002) - "Territórios de Montanha e Políticas Comunitárias". Pessoas e lugares - jornal de animação da rede portuguesa LEADER+II Série | Nº 5 | Dez, Évora. <http://www.idrha.pt/pl/jornalpl05.pdf>.

ALMES, António Lobo (Coord.) (2003) - *O Abandono da Actividade Agrícola*. Grupo de Trabalho Agro - Ambiental, Ministério da Agricultura Desenvolvimento Rural e das Pescas, Lisboa, Janeiro. In <http://www.min-agricultura.pt>.

ANDRESN, Teresa (2006) - "A Paisagem do Alto Douro Vinhateiro: Evolução e Sustentabilidade". *Actas Congresso de Homenagem ao Douro e seus Rios: Memória, Cultura e Provir*, organizado pela Fundação Nova Cultura da Água entre 27 e 29 de Abril de 2006. In <http://www.unizar.es/fnca/duero/docu/p315.pdf>.

CRUZ, Olga (1972) - "O Espaço Geográfico em Análise". *Revista RA'E GA*, Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná. Tradução de "Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique". *Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, Toulouse, v. 39 n. 3, p. 249-272, 1968.

Publicado no Brasil em Caderno de Ciências da Terra. Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 13. In <http://calvados.c3sl.ufpr.br/ojs2/ndex.php/raega/article/viewFile/3389/2718>.

DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS FLORESTAIS (2006) - *Estratégia Nacional para as Florestas*, Versão Preliminar Para Discussão Pública, Direcção Geral dos Recursos Florestais. In http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/7D84DB0D-9CC3-48D1-A11A-21EC39AD5FE/0Estrategia_Nacional_Florestas_Consulta.pdf.

GOMES, Edevínia Torres Aguiar (1999) - "Paisagem. Registos de conceitos a partir da geografia alarã". *Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira*, P. Vasconcelos e Sylvio Melo Silva (org.), Editora da Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 121-142.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PISCAS, - *Atlas Rural de Portugal*. In <http://www.minagricultura.pt>.

MIRANDA, Jorge; REY, Juan (2005) - *Arco de Valdevez: Território de Montanha*. ARDAL - Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima. In http://www.ardal.pt/modules/xt_conteudo/index.php?id=9.

ONU (1972) - "Convenção Para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural". Décima sétima sessão da *Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura*, Paris. In: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>.

PINHO-CORREIA, TERESA, (2004) - "A multifuncionalidade da paisagem rural. Que desafio para o futuro?". Pessoas e lugares - jornal de animação da rede portuguesa LEADER+II Série | Nº 16 | Jan/Fev, Évora. In <http://www.idrha.pt/pl/jornalpl16.pdf>.

SUERTEGARAY, Maria Antunes (2001) - "Espaço Geográfico Uno e Múltiplo". *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. In <http://www.ub.es/geocrit/sn-93.htm>.

THIJS, Ribeiro, (2004) - "Pessoas e lugares", *Jornal de animação da rede portuguesa LEADER+*; II Série; Nº 16; Janeiro/Fevereiro. In: <http://www.idrha.pt/pl/jornalpl16.pdf>.

TESSNER, Hélio (2002) - "Uma síntese histórica da evolução do consumo de energia pelo homem". *Revista Liberato* - Revista de Divulgação de Ciência e

Tecnologia, Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha 3ª Edição, Novembro, Novo Hamburgo, Brasil, In <http://www.liberato.com.br/revista.php>.

UNESCO (2007) - *Categorias e Critérios de Seleção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. In www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=14 www.unesco.pt/pdfs/docs/categorias+critérios.doc.

UNESCO (2005) - *Operational Guidelines for the implementation of the World Heritage Convention*. Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation - UNESCO; Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage, 1992 (2005 revision) . In <http://whc.unesco.org/en/guidelines>.